

# Salário mínimo está cada vez mais longe da média do euro

**Diferença.** Em 1999, SMN valia menos 173 euros do que a média do euro, numa divergência que continuou ao ponto de, hoje, os 600 euros de SMN ficarem mais longe da média do que em 1999

FILIPE PAIVA CARDOSO

O salário mínimo (SMN) em Portugal é hoje de 589,17 euros em termos anualizados – montante anual a dividir por 12 meses –, valor que fica 285,5 euros aquém da média comparável da zona euro. Esta diferença resulta de anos de divergência que se acumularam com o arranque da moeda única, com a retribuição mínima nacional a afastar-se gradualmente da restante região: em 1999, o SMN português distava 173,5 euros da média da zona euro.

Este alargar do fosso que se verificou entre o valor do SMN português e os SMN da zona euro entre 1999 e 2015 significa que, mesmo que a retribuição mínima subisse no imediato para 600 euros – ou 700 euros anualizados –, o ordenado mínimo não recuperaria sequer a distância que perdeu desde 1999, já que o SMN em 700 euros anualizados deixa Portugal a 175 euros da média comparável atual da zona euro. Por “média comparável”, referimo-nos aos 13 países que hoje pertencem à moeda única e que em 1999 já tinham o SMN legislado: Bélgica, Eslováquia, Eslovénia, Esparma, Estónia, França, Grécia, Holanda, Letónia, Lituânia, Luxemburgo, Malta e Portugal. Caso tivéssemos ainda em consideração os países do euro que entretanto legislaram sobre SMN – Irlanda e Alemanha –, a diferença seria maior. Os 13 países em questão tinham um SMN médio de 530,2 euros em 1999 que subiu para 875 euros neste ano.

Considerando que no programa proposto pelo Partido Socialista com o apoio de Bloco de Esquerda, PCP e Os Verdes apenas está previsto que o SMN suba para 600 euros em 2019, então, e mesmo no cenário improvável em que mais nenhum país mexe no SMN nos próximos anos, Portugal estará em 2019 mais longe da média da zona euro do que estava duas décadas antes.

“É uma situação preocupante, que condiciona e favorece a posição dos sindicatos na discussão sobre o SMN”, comentou Elísio Estanque, sociólogo e professor da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, sobre a crescente diferença entre o SMN na Europa e em Portugal. “A tendência é muito preocupante, mas reforça a legitimidade



Restauração é dos setores onde mais se paga o salário mínimo

para renegociarmos com os países mais ricos, os que decidem, sobre a importância de olhar mais para o crescimento e para a inovação”, refere o também investigador do Centro de Estudos Sociais. “Os últimos anos de austeridade assentaram num esforço quase unilateral do fator trabalho. Abdicou-se do investimento quando os países mais produtivos são os que apresentam

## NOTAS

### MÉDIA DA ZONA EURO

» **1999-2015** Entre os países do euro, 13 tinham salário mínimo em 1999. A média dos SMN era de 530 euros mensais, contra 357 em Portugal. Em 2015, os mesmos 13 países têm um SMN médio de 875 euros, contra os 589 euros em Portugal.

### MÉDIA UNIÃO EUROPEIA

» **1999-2015** Em 1999, havia 19 países com salário mínimo, para uma média de 431,5 euros mensais anualizados. Neste ano são já 22, para uma média de 802 euros – ou 735 euros se olharmos só para os 19 iniciais.

### CASE STUDY: ESLOVÉNIA

» **Comparação** O SMN português caiu, face ao esloveno, da quase paridade, em 1999, para valer hoje menos 34%. Isto quando o PIB *per capita* recuou apenas 8% face ao esloveno nesse período.

maiores níveis de investimento”, lembra.

A “produtividade” é precisamente um dos temas mais referidos na discussão do SMN. “O que conta nos salários não é o valor nominal, mas o valor que é produzido por cada hora trabalhada e onde o SMN se situa em relação ao salário médio”, diz Alexandre Afonso, professor de Políticas Públicas na Universidade de Leiden (Holanda). Sobre a produtividade portuguesa, a dúvida é: será causa ou consequência de baixos salários? Se, por um lado, aumentar o SMN pode criar desemprego vindo das empresas que vivem de lógicas intensivas, por outro “pode incentivar as empresas a modernizarem-se, já que muitas delas, que não são produtivas, só sobrevivem por causa do baixo custo da mão-de-obra”, diz Alexandre Afonso. “A produtividade está muito ligada à qualidade e condições de trabalho. Falta visão estratégica do pequeno e médio empresariado, culpa de uma visão tradicionalista”, acrescenta Elísio Estanque. “Os custos laborais baixos incentivam a aposta na lógica intensiva e não qualitativa ou de investimento.”

O impacto dos aumentos do SMN no emprego é um fator determinante na discussão, especialmente se virmos quem mais depende ou auferre do mínimo.

Alexandre Afonso sublinha também um impacto mais a médio prazo: “Pode servir de incentivo às empresas para se modernizarem”, afirma.

### Salário mínimo

Valores brutos atualizados

#### Em 1999

Luxemburgo	1162,08
Bélgica	1085,17
Holanda	1071,30
França	1042,73
Reino Unido	902,03
Grécia	529,93
Espanha	485,71
Malta	473,96
<b>Média UE</b>	<b>431,54</b>
<b>Portugal</b>	<b>356,72</b>
Eslovénia	354,53
Polónia	159,56
Lituânia	98,10
Rep. Checa	95,60
Hungria	89,64
Estónia	79,89
Letónia	77,84
Eslováquia	74,43
Bulgária	32,73
Roménia	27,39

#### Em 2015

Luxemburgo	1922,96
Holanda	1504,80
Bélgica	1501,82
Alemanha	1473,00
Irlanda	1461,85
França	1457,52
Reino Unido	1444,29
<b>Média UE</b>	<b>801,97</b>
<b>Portugal (600€)</b>	<b>700</b>
Grécia	683,76
<b>Portugal</b>	<b>589,17</b>
Polónia	413,54
Croácia	397,26
Estónia	390,00
Eslováquia	380,00
Letónia	360,00
Rep. Checa	334,65
Hungria	333,09
Lituânia	312,50
Roménia	226,14
Bulgária	189,18

Nota: Alemanha; Croácia e Irlanda não tinham salário mínimo em 1999. Em Espanha, Grécia e Portugal o valor do vencimento é distribuído por 14 salários. Em Malta, os trabalhadores recebem ainda um prémio anual obrigatório e um ajustamento à inflação. Dinamarca, Finlândia, Itália, Suécia, Áustria e Chipre não têm ordenado mínimo fixado por lei. Utilizam antes sistemas de acordo coletivo, e o valor varia de acordo com a região e o setor de atividade.

Patrões abertos a aumentar SMN mas criticam decisão do PS

**CONCERTAÇÃO** Presidentes das confederações unidos nas críticas à opção de PS, PCP e BE de aumentar SMN sem ouvir concertação social

O aumentos previstos para o salário mínimo nacional (SMN) no programa desenhado pelo PS com o acordo de Bloco de Esquerda, PCP e Verdes foi um dos temas que estiveram na agenda das reuniões das confederações patronais com o Presidente da República (PR).

“Estamos disponíveis para discutir valores e não nos repugna um acordo para vários anos, mas sem valores previamente fixados”, disse João Vieira Lopes, líder da Confederação do Comércio e Serviços de Portugal (CCP), à saída da audiência com Cavaco Silva. A proposta socialista passa por aumentos graduais mas constantes no valor do SMN, de 530 euros em 2016 até 600 euros em 2019.

Mais do que os valores propriamente ditos, que também foram criticados, as confederações ficaram desagradadas com a definição antecipada do valor dos aumentos sem antes terem sido ouvidos. “Não é o partido A ou o partido B que vai decidir o valor do SMN. É a concertação social”, sublinhou António Saraiva, da Confederação Empresarial de Portugal. Já Vieira Lopes explicou que foi precisamente isso que apontou ao PR. Se o Parlamento “decidir votar um conjunto de legislação que tradicionalmente é discutida em concertação social, é negativo qualquer que seja o governo, e foi isso que expressámos”.

“Estamos abertos à discussão do aumento do SMN, mas gostávamos de o fazer em sede de concertação social”, disse por seu turno Francisco Calheiros, da Confederação do Turismo Português (CTP). Tal como o presidente da CIP, Calheiros lembrou que há um acordo em vigor até ao final deste ano, firmado pela maioria dos parceiros sociais à exceção da CGTP, que atribui a uma comissão a responsabilidade da proposta para revisão do SMN, que depende da evolução da produtividade, inflação ou PIB. “Há um acordo em vigor, um relatório a ser preparado, e é em concertação que se deve discutir, não se deve fugir dessa regra”, disse o líder da CTP.

As confederações foram unânimes também em alertar para o risco do aumento da despesa que a subida do SMN representa para um tecido empresarial fragilizado.